



Katia Tamanaha/AE

Silvania Aparecida Carreiro, que cursa o 4.º ano de direito em Mogi: débito com a universidade começou em março de 97 e chega a R\$ 5,1 mil

# Estudante inadimplente quer empréstimo

*Aluna da Universidade de Mogi pretende pagar as contribuições que receber depois de formada*

DEMÉTRIO WEBER

**P**assaporte para a ascensão social, o diploma universitário custa mais do que boa parte dos estudantes pode pagar. Num país onde o sistema privado de ensino responde por quase dois terços das vagas, o resultado disso é o índice elevado de inadimplentes – em 1997 foi de 30%, em São Paulo. Na Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), uma estudante do 4.º ano de direito está propondo uma solução alternativa ao crédito educativo do Ministério da Educação (MEC) para concluir o curso: receber empréstimos da sociedade, com o compromisso de pagá-los depois de formada.

Nas cartas que tem enviado aos meios de comunicação, Silvania Aparecida Carreiro, de Jacareí, no

Vale do Paraíba, apresenta sua proposta: converter o valor dos empréstimos em dólar, assinar notas promissórias e começar a pagar seis meses depois da graduação, a partir de junho do ano 2000.

Aos 29 anos, ela vem de uma família em que ninguém tem diploma. “Quero ser a primeira”, diz a estudante, que até o presente passou de ano sem nenhuma dependência. Filha de um metalúrgico aposentado, não paga as mensalidades desde março de 1997 e deve R\$ 5.180,20 à UMC. Sua matrícula, este ano, foi possível graças a uma liminar. Mas ela prevê um resultado desfavorável no processo, cujo julgamento deve ocorrer até o fim do ano. A mesma avaliação é feita pela universidade.

Este mês, Silvania ficou assustada ao receber uma carta na qual a

UMC fixava a data de hoje como limite para a quitação do débito – caso contrário, diz o texto, a instituição entraria com uma ação de cobrança em juízo. “Era apenas um lembrete para alertar a aluna de que a liminar não a dispensa do pagamento”, desconversa o titular da Controladoria da UMC, Ademir Polete.

“A liminar não dá direito a estudar de graça.”

Entre seus 16 mil estudantes, a UMC enfrenta problemas de inadimplência com cerca de 20% deles. Segundo o diretor-tesoureiro do Sindicato das Entidades

Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), Rubens Scárdua, o índice de inadimplência estimado para este ano é superior a 40%. “Está ficando assustador”, observa Scárdua.

Decidida a estudar, Silvania con-

traiu empréstimos com agiotas, parentes e bancos. Atualmente, paga prestações mensais ao Banco do Brasil e ao Banespa, no valor de R\$ 242,00. A mensalidade na UMC, com o estágio obrigatório, está fixada em R\$ 327,72.

Polete diz que a universidade estudou caso a caso as renegociações de dívidas e passou a bancar, no ano passado, um sistema de seguro-educação que cobre o pagamento de 3 a 14 mensalidades, no caso de o aluno perder o emprego ou o familiar que o sustenta.

O crédito educativo concedido pelo MEC garante o acesso de cerca de 100 mil brasileiros ao ensino superior, enquanto a demanda é estimada em 200 mil interessados. Na semana passada, o MEC anunciou a liberação de R\$ 120 milhões para serem aplicados, este ano, no Programa de Crédito Educativo (Creduc), prevendo a concessão de 60 mil novos financiamentos no segundo semestre. Desde o primeiro ano na universidade, Silvania tenta, sem sucesso, obter o benefício.

**Q**UITAÇÃO  
COMEÇARIA A  
PARTIR DE JUNHO  
DO ANO 2000